

2018

PROPOSTAS DA INDÚSTRIA

PARA AS ELEIÇÕES

ACORDOS COMERCIAIS: AS PRIORIDADES

POLÍTICA INDUSTRIAL,
DE INOVAÇÃO E DE
COMÉRCIO EXTERIOR

36



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

ACORDOS COMERCIAIS: AS PRIORIDADES

POLÍTICA INDUSTRIAL,
DE INOVAÇÃO E DE
COMÉRCIO EXTERIOR

36

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Robson Braga de Andrade
Presidente

Paulo Antonio Skaf (Licenciado a partir de 6/6/2018)
1º Vice-presidente

Antônio Carlos da Silva
2º Vice-presidente

Paulo Afonso Ferreira
3º Vice-presidente

Paulo Gilberto Fernandes Tigre
Flavio José Cavalcanti de Azevedo
Glauco José Côrte
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Edson Luiz Campagnolo (Licenciado de 6/6 a 28/10/2018)
Jorge Parente Frota Júnior
Eduardo Prado de Oliveira
Jandir José Milan
José Conrado Azevedo Santos
Antonio José de Moraes Souza Filho
Marcos Guerra (Licenciado de 7/6 a 7/10/2018)
Olavo Machado Júnior
Vice-presidentes

Francisco de Assis Benevides Gadelha
1º Diretor financeiro

José Carlos Lyra de Andrade
2º Diretor financeiro

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan
3º Diretor financeiro

Jorge Wicks Côrte Real (Licenciado de 4/4/2018 a 12/10/2018)
1º Diretor secretário
Sérgio Marcolino Longen
2º Diretor secretário

Antonio Rocha da Silva
3º Diretor secretário

Heitor José Müller
Carlos Mariani Bittencourt
Amaro Sales de Araújo
Pedro Alves de Oliveira
Edilson Baldez das Neves
Roberto Proença de Macêdo
Roberto Magno Martins Pires
Rivaldo Fernandes Neves
Denis Roberto Baú
Carlos Takashi Sasai
João Francisco Salomão
Julio Augusto Miranda Filho
Roberto Cavalcanti Ribeiro
Ricardo Essinger
Diretores

CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque (Licenciado de 7/6 a 7/10/2018)
José da Silva Nogueira Filho
Francisco de Sales Alencar
Titulares

Célio Batista Alves
José Francisco Veloso Ribeiro
Clerlânio Fernandes de Holanda
Suplentes

ACORDOS COMERCIAIS: AS PRIORIDADES

POLÍTICA INDUSTRIAL,
DE INOVAÇÃO E DE
COMÉRCIO EXTERIOR

36

2018

PROPOSTAS DA INDÚSTRIA

PARA AS ELEIÇÕES



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

© 2018. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI

Diretoria de Desenvolvimento Industrial - DDI

FICHA CATALOGRÁFICA

C748e

Confederação Nacional da Indústria.

Acordos comerciais: as prioridades / Confederação Nacional da Indústria. – Brasília : CNI, 2018.

24 p. : il. – (Propostas da indústria eleições 2018 ; v. 36)

ISBN 978-85-7957-183-1

1. Competitividade da Indústria. 2. Acordos Comerciais 3. Comércio exterior. 4. Negociações Internacionais I. Título.

CDU: 656.6

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Sede

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3317-9000

Fax: (61) 3317-9994

<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/>

Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

sac@cni.com.br



2018
PROPOSTAS DA INDÚSTRIA
PARA AS ELEIÇÕES

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO.....	11
1 ACORDOS COMERCIAIS PARA A INDÚSTRIA.....	13
2 RECOMENDAÇÕES.....	15
REFERÊNCIAS.....	21
LISTA DAS PROPOSTAS DA INDÚSTRIA PARA AS ELEIÇÕES 2018.....	23



APRESENTAÇÃO

O Brasil levará mais de meio século para alcançar o produto *per capita* de países desenvolvidos, mantida a taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional registrada nos últimos 10 anos, que foi de apenas 1,6%.

O desafio para o país será de, pelo menos, dobrar a taxa de crescimento do PIB nos próximos anos. Para tanto, não se poderá repetir erros de política que reduzam o potencial de expansão – o que inclui ter uma agenda coerente de reformas econômicas e institucionais.

Mudanças de governo são ocasiões especiais para uma reflexão sobre os objetivos e as estratégias nacionais. São, também, oportunidades para o país sair da zona de conforto e aumentar sua ambição de desenvolvimento.

As eleições de 2018 têm uma característica singular, que reforça o sentido dessa ambição. O fim do mandato do próximo presidente e dos parlamentares vai coincidir com o 200º aniversário da independência do Brasil.

É preciso aproveitar esse marco para estimular ações que eliminem os principais obstáculos ao crescimento no país e contribuam para construir uma indústria competitiva, inovadora, global e sustentável.

O *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*, lançado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) no início do ano, apresenta uma agenda para aumentar a competitividade da indústria e do Brasil, e para elevar o bem-estar da população ao nível dos países desenvolvidos.

Com base nas prioridades identificadas no Mapa, a CNI oferece 43 estudos, relacionados aos fatores-chave da competitividade. Os documentos analisam os entraves e apresentam soluções para os principais problemas nacionais.

Consolidar uma indústria forte e competitiva é essencial para o desenvolvimento econômico e social de um país. A indústria tem o poder de estimular outros setores, além de ser um dos principais agentes da inovação tecnológica. Desse modo, é importante promover políticas específicas e alinhadas para o segmento.

A indústria brasileira enfrenta barreiras comerciais importantes que podem ser removidas por meio de acordos comerciais. A ampliação da rede de tratados é, portanto, essencial para a competitividade do setor industrial.

Este documento apresenta uma estratégia de negociações para a indústria com foco nos acordos preferenciais, mas sem deixar de lado a dimensão multilateral. Nesse aspecto, a atuação da Organização Mundial do Comércio (OMC) torna-se fundamental por criar regras estáveis e eliminar distorções sistêmicas.

Robson Braga de Andrade

Presidente da CNI

RESUMO EXECUTIVO

A ampliação da rede de acordos comerciais é elemento-chave para a competitividade da indústria brasileira. Os acordos, desde que negociados estrategicamente, permitem aumentar a escala de produção, inserir o país com mais qualidade nas cadeias globais, melhorar a posição competitiva dos bens brasileiros no mundo, retomar mercados e garantir estabilidade de regras e previsibilidade jurídica em vários temas do comércio internacional.

A indústria brasileira enfrenta barreiras importantes que podem ser removidas através de acordos. Embora muitos países tenham reduzido suas tarifas de importação ao longo do tempo, o Brasil continua enfrentando tarifas ou cotas para exportar produtos onde o país possui vantagem competitiva. No caso da União Europeia, 64% desses produtos enfrentam alguma barreira, para os Estados Unidos 55%, para o Japão 41% e para o Canadá 25%.

A realização plena do potencial dos acordos depende da agenda de reformas para a competitividade da indústria. Os acordos podem impulsionar essas reformas, mas é preciso buscar avanços nas duas frentes de forma simultânea. Acordos sem reformas podem não trazer o resultado potencial esperado, assim como reformas sem acordos podem ser insuficientes para promover maior inserção internacional do Brasil.

O Brasil avançou nos últimos anos na agenda de negociações, mas continua à margem da rede de acordos mundiais. Os parceiros com os quais o país possui acordos em vigor representam menos de 8% das importações mundiais. Esse número é inferior se comparado aos percentuais das economias desenvolvidas, como Japão (17%), Estados Unidos (24%) e União Europeia (45%), e às economias em desenvolvimento, como México (57%), Peru (74%) ou Chile (83%).

A estratégia de negociações para a indústria deve focar nos acordos preferenciais, mas sem deixar de lado a dimensão multilateral. Atualmente, as negociações bilaterais são as que podem garantir acesso mais efetivo a mercados. Porém, negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) são importantes para criar regras estáveis e eliminar distorções sistêmicas.

Recomendações

1. Manter os acordos preferenciais como elemento central da política comercial brasileira.

O Brasil precisa recuperar o tempo perdido, buscando acordos que sejam estratégicos para o setor industrial do país. A agenda prioritária para a indústria prevê:

- concluir, prioritariamente, os acordos com a União Europeia e com o México;
- negociar com os Estados Unidos;
- definir uma agenda com países em desenvolvimento, como a África do Sul, Irã e países do Sistema de Integração Centro-Americana (Sica) e a Índia;
- concluir negociações com a Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA, na sigla em inglês; Suíça, Liechtenstein, Noruega e Islândia) e definir uma agenda com outros países desenvolvidos, como Canadá e Japão; e
- aprofundar os acordos na América do Sul e na Aliança do Pacífico.

2. Revitalizar a agenda econômica do Mercosul.

O Mercosul passou muitos anos isolado do cenário internacional de acordos, e os países participantes precisam retomar a importância econômica do bloco. Para a indústria, a revitalização passa por quatro áreas: estabilidade macroeconômica dos membros; mais livre circulação e integração intrabloco; uma política comercial frente a terceiros países que priorize os acordos comerciais, e o aprimoramento da institucionalidade do bloco.

3. Reforçar o sistema e as organizações multilaterais e plurilaterais.

- **Reforçar a agenda negociadora da OMC.** Negociações de acesso a mercados e de regras são igualmente relevantes para a indústria na OMC. O reforço depende do aprimoramento dos métodos de negociação da Organização para melhorar sua capacidade regulatória; dos avanços nas negociações dos temas com mandatos mais importantes para o Brasil, como subsídios; e incorporar novos temas à agenda negociadora, tais como regras para investimentos e empresas estatais.
- **Priorizar o processo de adesão do Brasil à OCDE.** A adesão do Brasil à OCDE é um objetivo estratégico a ser perseguido e alinhado às necessidades de reformas microeconômicas que o país precisa em temas como financiamento, tributação e governança pública.

4. Dar mais celeridade ao processo de internalização dos acordos.

O Brasil leva, em média, quatro anos para internalizar acordos internacionais celebrados. Além da insegurança jurídica que esse tempo excessivo acarreta, o país deixa de colher os benefícios dos acordos de maneira mais célere. São necessárias medidas para dar mais agilidade e transparência ao processo de aprovação, sobretudo no âmbito do Poder Executivo.

1 ACORDOS COMERCIAIS PARA A INDÚSTRIA

A ampliação da rede de acordos comerciais é um elemento-chave para a competitividade da indústria brasileira. Os acordos, desde que estrategicamente negociados, permitem à indústria:

- **Aumentar a escala de produção.** Ao eliminar barreiras e melhorar as condições de acesso a mercados externos, os acordos comerciais contribuem para o aumento da demanda global por produtos industriais brasileiros, propiciando economias de escala com redução de custos de produção e aumento da competitividade. Vale destacar que, embora muitos países tenham reduzido suas tarifas de importação ao longo do tempo, o Brasil continua enfrentando barreiras tarifárias ou cotas para exportar produtos para os destinos em que o país possui vantagem competitiva em mercados relevantes. No caso da União Europeia, 64% desses produtos enfrentam alguma barreira, para os Estados Unidos 55%, para o Japão 41% e para o Canadá 25%.
- **Melhorar a inserção nas cadeias de valor.** A participação com mais qualidade nas cadeias globais de valor inclui vantagens como o acesso a conhecimento, tecnologias, técnicas de gestão, processos de certificação e padronização. A integração às redes de acordos preferenciais facilita a inserção nas cadeias regionais e globais de valor, melhorando as condições de concorrência nos mercados externos para produtos brasileiros de maior valor agregado e permitindo o acesso a insumos e componentes de maior qualidade a custos mais reduzidos.
- **Melhorar a concorrência com produtos asiáticos.** A emergência das economias asiáticas, principalmente da China com seu modelo de capitalismo de estado, trouxe profundas transformações para as condições de concorrência de produtos industriais no mundo. É fundamental que o Brasil obtenha acesso preferencial a mercados relevantes que permitam ao país concorrer em condições mais vantajosas com produtores asiáticos.
- **Recuperar o tempo perdido com a paralisia da agenda de negociações comerciais.** Mesmo com a atual perda de ímpeto negociador dos Estados Unidos na esfera internacional, ficar parado não vai devolver ao Brasil o tempo perdido na agenda de negociações comerciais. A retomada das negociações preferenciais continua envolvendo vários dos maiores *players* do comércio internacional, o que continuará a promover mudanças importantes nas condições de acesso aos principais mercados mundiais. Além de preferências tarifárias, essas negociações tendem a se consolidar como lócus de produção de novas regras para o comércio mundial. Essa nova configuração dos acordos preferenciais aumenta os custos da não participação.

- **Ter estabilidade de regras e previsibilidade jurídica.** Para crescer e participar ativamente do comércio internacional, a indústria brasileira precisa investir no Brasil e também no exterior. Investimentos voltados para exportações ou em outros países envolvem riscos elevados e demandam estabilidade de regras e previsibilidade. Os acordos de comércio são fonte importante de produção de regras e um seguro para coibir mudanças bruscas nas políticas e práticas comerciais de outros países que possam afetar as exportações brasileiras e os investimentos brasileiros no exterior. Eles podem representar, também, um fator adicional na atração de investimentos estrangeiros voltados para a exportação a partir do Brasil.
- **Impulsionar a agenda interna de reformas.** Muito tempo foi desperdiçado com o debate sobre a ordem cronológica da agenda de acordos e de reformas internas. Os acordos comerciais e as reformas devem andar juntos e implementados simultaneamente. Acordos de liberalização comercial podem ficar aquém de seu potencial sem as reformas domésticas que permitam à indústria aproveitar melhor as oportunidades negociadas. Por outro lado, as reformas domésticas sem os acordos poderão não ser suficientes para promover a maior inserção da indústria brasileira na economia mundial.

O Brasil precisa manter os acordos comerciais no centro da política comercial do país. Eles devem ser uma ferramenta para melhorar as condições de acesso aos mercados externos para a indústria brasileira. Também devem contribuir para definir regras e disciplinas que deem previsibilidade e estabilidade ao ambiente de negócios. Essa estratégia deve priorizar os acordos preferenciais de comércio e a revitalização da agenda econômica do Mercosul, mas sem deixar de lado o âmbito multilateral.

2 RECOMENDAÇÕES

2.1 Manter os acordos preferenciais como elemento central da política comercial brasileira

A agenda brasileira de negociações teve poucos resultados concretos nos anos recentes. O Brasil individualmente, e também junto com o Mercosul, intensificou os esforços negociadores nos últimos anos, com avanços nas negociações com a União Europeia; aprofundamento dos acordos na América do Sul; tentativas de ampliação do acordo bilateral com o México; e o lançamento de negociações com a Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA, na sigla em inglês; formada por Suíça, Liechtenstein, Noruega e Islândia). É preciso, no entanto, finalizar esses acordos e trabalhar pela sua célere entrada em vigor.

Em que pese a retirada dos Estados Unidos da Parceria Transpacífica (TPP, na sigla em inglês) e a paralisação das negociações do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, na sigla em inglês), as principais economias continuam ativas no campo das negociações de acordos preferenciais. Além disso, a paralisação na agenda de acordos do Brasil acarretou um cenário atual de condições menos vantajosas de acesso a mercados em vários países, impelindo o país a recuperar o tempo perdido, buscando acordos que sejam estratégicos para o setor industrial do país. Diante disso, as prioridades centrais da indústria em acordos preferenciais são:

- **Concluir o acordo com a União Europeia:** finalizar tecnicamente o acordo entre o Mercosul e a União Europeia e internalizá-lo com celeridade nos dois blocos para sua efetiva entrada em vigor. O acordo deve incluir regras de origem que representem transformação industrial substantiva, permissão do uso de *drawback*, cestas de desgravação acima de 10 anos para bens sensíveis no Mercosul e cotas satisfatórias para produtos do agronegócio.
- **Concluir o acordo com o México:** finalizar as negociações de um acordo de livre-comércio – ou de um acordo parcial o mais ambicioso possível em acesso a mercado de bens entre o Brasil e o México –, com disciplinas mais relevantes para a indústria, entre elas, barreiras técnicas, compras governamentais, facilitação de comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, regras de origem que representem atividade industrial substantiva e serviços.

- **Negociar com os Estados Unidos:** iniciar negociações com os Estados Unidos – maior economia do mundo. O Brasil possui uma pauta de exportações baseada em bens manufaturados e tem muitos investimentos diretos no país.
- **Definir uma agenda com países em desenvolvimento:** negociar acordos de livre-comércio com a África do Sul, Irã e países do Sistema de Integração Centro Americana (Sica); e ampliar a lista de bens no acordo de preferências com a Índia.
- **Definir uma agenda com outros países desenvolvidos:** celebrar acordo de livre-comércio com países do EFTA e com o Canadá; e iniciar negociações com o Japão.
- **Aprofundar os acordos na América do Sul:** os acordos do Brasil com os países da América do Sul se concentram basicamente na desgravação tarifária, sendo necessário dar continuidade ao aprofundamento de temas regulatórios tais como liberalização de compras governamentais, serviços, investimentos, regulação de barreiras técnicas e de medidas sanitárias e fitossanitárias.
- **Desenvolver uma agenda para convergir as regras de comércio entre Mercosul e a Aliança do Pacífico,** com foco central em acumulação de origem para exportações dentro dos dois blocos, facilitação de comércio, barreiras técnicas e medidas sanitárias e fitossanitárias.

2.2 Revitalizar a agenda econômica do Mercosul

O Mercosul passou muitos anos isolado do cenário internacional de acordos e, agora, tem a oportunidade de retomar a importância da agenda econômica para os seus membros. O bloco teve uma bem-sucedida fase inicial em que foi alcançada desgravação tarifária para a maioria dos bens e em que foi possível atrair investimentos e criar alguma integração produtiva em setores de impacto na economia dos países.

Porém, os membros não foram capazes de sustentar e aprofundar a sua integração interna e externa ao longo dos anos seguintes, e, até 2016, assistiu ao aumento da imprevisibilidade para as empresas, a proliferação de barreiras não tarifárias ao comércio, estagnação da agenda de negociações de acordos comerciais e dificuldades crescentes para aprovação de normas e atos importantes para o dia a dia empresarial. Esse cenário teve como pano de fundo a deterioração dos indicadores econômicos de países importantes do bloco, a primazia de temas políticos em reuniões de cúpula e crises institucionais que refletiram um processo apressado de alargamento do Mercosul.

O Mercosul é ainda relevante sobretudo para o setor industrial, e o maior alinhamento recente entre Brasil e Argentina já tem gerado resultados

importantes para a agenda econômica e comercial do bloco. Exemplos importantes disso foram a celebração do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, do Protocolo de Compras Governamentais, que liberaliza compras públicas no bloco, e a remoção de um número importante de barreiras não tarifárias. Diante disso, a agenda para o Mercosul precisa atacar quatro áreas fundamentais previstas no documento **“Agenda Econômica e Comercial do Mercosul”** (CNI, 2017a):

- **Estabilidade macroeconômica:** estabelecer metas para os países-membros em variáveis econômicas como dívida pública, dívida externa, déficit fiscal primário e inflação. As metas não teriam o intuito de uma coordenação macroeconômica estrita, mas sim estimular a redução da volatilidade nos ciclos econômicos e cambial e, com isso, evitar efeitos nos preços relativos, quedas no comércio regional, perda de reservas e, por conseguinte, a proliferação de barreiras não tarifárias.
- **Livre circulação e integração intrabloco:** ampliar o livre-comércio no bloco com a inclusão dos setores sucroalcooleiro e automotivo – únicos que estiveram fora do bloco; e definir uma agenda de acordos intrabloco para fortalecer as regras e fomentar a livre circulação de bens, serviços, investimentos e pessoas. Os acordos centrais para celebração no bloco seriam nos temas de barreiras técnicas, facilitação de comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, modernização das regras de origem, ampliação do protocolo de Montevideu de 1997 (serviços) e de vistos de trabalho no Mercosul.
- **Política comercial frente a terceiros e agenda externa de acordos:** priorizar os acordos preferenciais de comércio na política do bloco, alinhado com as prioridades e interesses da indústria; e iniciar discussões internas para aperfeiçoar a Tarifa Externa Comum (TEC).
- **Institucionalidade do bloco:** dar mais celeridade ao processo de aprovação de normas dentro do Mercosul; ao processo de internalização pelos países; e aos pleitos do setor privado relacionados à alteração tarifária. Estima-se que cerca de metade das normas aprovadas no Mercosul não é internalizada.

2.3 Reforçar o sistema e as organizações multilaterais e plurilaterais

2.3.1 Reforçar a agenda negociadora da OMC

O multilateralismo é estratégico e prioritário para a inserção internacional da indústria. As razões centrais para a alta relevância do tema são: a diversificada

distribuição geográfica das exportações brasileiras, a variedade de interesses temáticos da indústria, a abertura de mercados para o agronegócio, a eliminação dos subsídios nos setores agrícola e industrial, e o fato de o Brasil ser um dos usuários mais frequentes do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC, com quase o dobro de contenciosos ofensivos (31) se comparado aos casos abertos contra o Brasil (16).

A maior inserção internacional da economia brasileira precisa contar com regras de comércio estáveis e previsíveis, principais objetivos de longo prazo da indústria para a OMC. Embora regras comerciais venham sendo negociadas também nos acordos preferenciais, a natureza sistêmica de boa parte destas regras torna o foro multilateral mais adequado para esses compromissos. Para a indústria, as negociações de acesso a mercados na OMC continuam sendo relevantes. Mas estas não devem constituir um obstáculo aos avanços nas negociações de regras de comércio em outros fóruns multi ou plurilaterais.

As ações prioritárias para a indústria na OMC se dividem em três áreas centrais e estão disponíveis no documento **“Prioridades da Indústria para a OMC e para a Reunião Ministerial de Buenos Aires”** (CNI, 2017b):

- **Métodos de negociação e governança na OMC:** reforçar a governança da OMC para preservar o sistema multilateral e sua capacidade regulatória. Para tanto, sugere-se a) o princípio do empreendimento único (*single undertaking*) seja mantido apenas para os temas de acesso a mercados da Rodada de Doha (bens agrícolas, bens não agrícolas e serviços); b) para outros temas regulatórios, avançar sem as amarras do *single undertaking*; c) reavaliar a política brasileira em relação aos acordos plurilaterais; e d) criar um Conselho Consultivo na OMC com representantes do setor privado para atuar como observador e poder submeter propostas sobre temas específicos.
- **Agenda temática atual da OMC:** dos temas em que há mandato atualmente na OMC, os principais pontos são: a) redução e disciplinamento dos subsídios que distorcem a concorrência nos setores agrícolas; b) reduções tarifárias em bens não agrícolas (Nama), eliminando picos tarifários, dando mais harmonia às estruturas tarifárias dos países e criando regras para proibir as restrições às exportações; c) mais liberalização do comércio em serviços; d) reforma dos acordos Antidumping, de Medidas Compensatórias, de Solução de Controvérsias, de Barreiras Técnicas e de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.
- **Novos temas na OMC:** incorporar novos temas à agenda negociadora da OMC, tais como: a) investimentos; b) empresas estatais; c) normas e padrões privados; d) meio ambiente; e) comércio eletrônico; f) coerência regulatória; e g) revisão do Acordo de Compras Governamentais.

2.3.2 Priorizar o processo de adesão do Brasil à OCDE

A adesão do Brasil à OCDE aumentará a previsibilidade, a estabilidade e aprofundará as reformas necessárias na economia. O Brasil tem um longo histórico de relacionamento com a OCDE, tendo iniciado a sua participação em 1978. A aproximação se intensificou nos anos 1990 e 2000, beneficiada pelos esforços da OCDE para ampliar sua atuação junto às economias emergentes. Em 2012, a OCDE deu a Brasil, China, Índia, África do Sul e Indonésia o *status* de “parceiros-chave” da Organização.

Do lado brasileiro, a prioridade conferida pela política externa brasileira, na primeira década do século, à agenda Sul-Sul reduziu a importância das relações com a OCDE. Mas, a partir de meados da corrente década, o governo brasileiro renovou interesse nas relações com a Organização. Em julho de 2015, foi assinado um acordo de cooperação entre o Brasil e a OCDE, com um amplo programa de trabalho a ser desenvolvido até 2017 com foco em cinco áreas: questões econômicas, comerciais, industriais e financeiras; governança pública e combate à corrupção; ciência, tecnologia, meio ambiente e agricultura; questões sociais, educacionais, previdenciárias e laborais; e desenvolvimento.

Para a indústria, os benefícios superam amplamente os custos de adesão do país à OCDE. O Brasil deve se manter ativo nesta agenda, que é um objetivo estratégico relevante a ser perseguido pelo país a partir de 2018, e alinhado às necessidades de reformas microeconômicas que o país precisa (CNI, 2018b).

2.4 Dar mais celeridade ao processo de internalização dos acordos

O processo de internalização dos acordos no Brasil é moroso, burocrático e prejudica o setor industrial, que é impedido de ter acesso rápido às novas regras. Em um levantamento conduzido pela CNI, envolvendo 27 acordos firmados pelo país entre 2003 e 2017, concluiu-se que o tempo médio para aprovação dos acordos foi de 1.590 dias (quatro anos e cinco meses), levando em consideração três fases desse processo, sendo elas o envio da mensagem do Poder Executivo ao Congresso Nacional, a publicação do Decreto Legislativo no *Diário Oficial da União* (DOU) e a publicação do decreto do Presidente da República no DOU.

No caso específico dos acordos comerciais, essa demora é mais crítica porque o processo de redução dos níveis de tarifa de importação, que leva anos, só tem início a partir da data da entrada em vigor do acordo. No caso do Brasil, isso ocorre após a publicação do decreto presidencial.

Merecem destaque negativo os prazos excessivamente dilatados das etapas sob a responsabilidade do Poder Executivo para aprovação dos acordos, já que consistem, basicamente, em procedimentos burocráticos que não necessitam de deliberação. Além disso, são as etapas menos transparentes do processo, uma vez que não é possível acompanhar publicamente em qual ministério o acordo encontra-se, previamente ao envio da mensagem ao Congresso Nacional. Diante disso, duas ações são importantes para que a indústria possa ter acesso mais rápido às normas presentes nesses acordos:

- **Dar mais agilidade ao processo:** simplificar as etapas do processo, especialmente aquelas meramente burocráticas do Poder Executivo, de duas formas: a) centralizar na Camex a etapa de avaliação do texto do acordo após a sua assinatura; b) atribuir prazos máximos para a conclusão de cada etapa do processo de internalização.
- **Dar mais transparência ao processo:** disponibilizar eletronicamente o *status* da tramitação dos acordos no âmbito do Poder Executivo.

REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. **Agenda econômica e comercial do Mercosul**: documento de posição da indústria. Brasília: CNI, 2017a.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. **Agenda internacional da indústria 2018**. Brasília: CNI, 2018a.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. **O Brasil na OCDE: um caminho natural**. Brasília: CNI, 2018b. (Propostas da indústria eleições 2018, v.4).

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. **Prioridades da indústria para a OMC e para a Reunião Ministerial da OMC em Buenos Aires**. Brasília: CNI, 2017b.

LISTA DAS PROPOSTAS DA INDÚSTRIA PARA AS ELEIÇÕES 2018

1. Segurança Jurídica e Governança: o problema e a agenda
2. Segurança Jurídica e Governança na Infraestrutura
3. Segurança Pública: a importância da governança
4. O Brasil na OCDE: um caminho natural
5. Saúde Suplementar: uma agenda para melhores resultados
6. Educação: a base para a competitividade
7. Ensino de Engenharia: fortalecimento e modernização
8. Financiamento Privado de Longo Prazo: uma agenda para fortalecer o mercado de debêntures
9. Licenciamento Ambiental: propostas para a modernização
10. Biodiversidade: as oportunidades do uso econômico e sustentável
11. Mudanças Climáticas: estratégias para a indústria
12. Economia Circular: o uso eficiente dos recursos
13. Segurança Hídrica: novo risco para a competitividade
14. Modernizar a Tributação Indireta para Garantir a Competitividade do Brasil
15. Tributação da Renda de Pessoas Jurídicas: o Brasil precisa se adaptar às novas regras globais
16. Tributação sobre a Importação e Exportação de Serviços: mudar para uma indústria competitiva
17. Tributação no Comércio Exterior: isonomia para a competitividade
18. Relações de trabalho: caminhos para continuar a avançar
19. Modernização Previdenciária e da Segurança e Saúde no Trabalho: ações para avançar
20. Privatização da Infraestrutura: o que falta fazer?
21. Sistema Portuário: avanços, problemas e agenda
22. Transporte Marítimo de Contêineres e a Competitividade das Exportações
23. Transporte Ferroviário: colocando a competitividade nos trilhos
24. Saneamento Básico: uma agenda regulatória e institucional
25. Grandes Obras Paradas: como enfrentar o problema?

26. Energia Elétrica: custos e competitividade
27. Insumos Energéticos: custos e competitividade
28. Gás Natural: mercado e competitividade
29. Térmicas na Base: a escolha inevitável
30. Telecomunicações: modernização do marco institucional
31. Inovação: agenda de políticas
32. Indústria 4.0 e Digitalização da Economia
33. Compras Governamentais e Desenvolvimento Tecnológico: a experiência internacional e propostas para o Brasil
34. Propriedade Intelectual: uma agenda para o desenvolvimento industrial
35. Governança do Comércio Exterior: aperfeiçoamento de instituições e competências
36. Acordos Comerciais: as prioridades
37. Barreiras Comerciais e aos Investimentos: ações para abrir mercados
38. Investimentos Brasileiros no Exterior: superando os obstáculos
39. Defesa Comercial: agenda para um comércio justo
40. Financiamento e Garantias às Exportações: mais eficácia no apoio ao exportador
41. Facilitação e Desburocratização do Comércio Exterior Brasileiro
42. Documentos Aduaneiros: comércio exterior sem amarras
43. Política Industrial Setorial: conceitos, critérios e importância (*esse documento será divulgado em um seminário específico dedicado ao tema*)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Robson Braga de Andrade

Presidente

Diretoria de Políticas e Estratégia

José Augusto Coelho Fernandes

Diretor

Diretoria de Desenvolvimento Industrial

Carlos Eduardo Abijaodi

Diretor

Diretoria de Relações Institucionais

Mônica Messenberg Guimarães

Diretora

Diretoria de Educação e Tecnologia

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti

Diretor

Diretoria Jurídica

Hélio José Ferreira Rocha

Diretor

Diretoria de Comunicação

Carlos Alberto Barreiros

Diretor

Diretoria de Serviços Corporativos

Fernando Augusto Trivellato

Diretor

Diretoria CNI/SP

Carlos Alberto Pires

Diretor

CNI

Robson Braga de Andrade
Presidente

Diretoria de Desenvolvimento Industrial - DDI

Carlos Eduardo Abijaodi
Diretor

Gerência Executiva de Assuntos Internacionais

Diego Bonomo
Gerente-Executivo

Fabrizio Sardelli Panzini
Soraya Saavedra Rosar
Equipe Técnica

Coordenação dos projetos do Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022**Diretoria de Políticas e Estratégia - DIRPE**

José Augusto Coelho Fernandes
Diretor

Renato da Fonseca
Samantha Ferreira e Cunha
Maria Carolina Correia Marques
Mônica Giágio
Fátima Cunha

Gerência Executiva de Publicidade e Propaganda – GEXPP

Carla Gonçalves
Gerente-Executiva

André Augusto Dias
Produção Editorial

Área de Administração, Documentação e Informação – ADINF

Maurício Vasconcelos de Carvalho
Gerente-Executivo

Alberto Nemoto Yamaguti
Normalização

Penha Dutra
Revisão Gramatical

Editorar Multimídia
Projeto Gráfico e Diagramação

Athalaia Gráfica e Editora
Impressão

 www.cni.org.br

 /cnibrasil

 /cni_br

 /cnibr

 /cniweb



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA



ISBN 978-85-7957-183-1



9 788579 571831